



Ata Nº: 3

Data: 16/05/2024

Local: Online

Horário: 11:00 – 11:40

Projeto: ESG - SIGMA

Tipo: Grupo Focal - Reunião de trabalho quinzenal

Ordem de trabalhos

1. Apresentação da equipa constituinte do município de Lisboa
2. Apresentação da proposta para logótipo do SIGMA
3. Introdução da Revisão Bibliográfica relativa aos Reports ESG no setor público “O que está a ser feito a nível nacional e internacional”
4. 3.1 Quadro para os Governos Locais: Eixo1 - Governança
5. 3.2 Índices de monitorização de governos locais
6. Definição de subáreas de análise do Eixo 1 - Governança
7. Próximos passos

Participantes

Nome	Organização
Jorge Cerol	CESOP
Joana Abreu	CESOP
Tânia Correia	CESOP
Filipa Rodrigues	CESOP
Cátia Lucas	Município de Lisboa
Adalberto Barreto	Município de Lisboa
Ana Marta Silva	Município de Valongo
Iris Silva	Município de Valongo
Beatriz de Almeida Santos	Município de Mafra
Elsa Severino	Município de Matosinhos

Tópicos abordados

1. O Município de Lisboa, representado pelo Departamento de Transparência e Prevenção da Corrupção, passa a integrar o Grupo Focal do Projeto ESG-SIGMA. Cecília Moreira, Diretora do Departamento, nomeia a Chefe de Divisão de Transparência Administrativa e Prestação de Contas, Leonor Gaspar Pinto; Paula Roque, Cátia Lucas, Adalberto Barreto, Sandra Godinho e Ana Coelho. O Município de Lisboa já tem trabalho desenvolvido na matéria para o setor privado.

2. Apresentação do logótipo do ESG-SIGMA sujeito a aprovação final

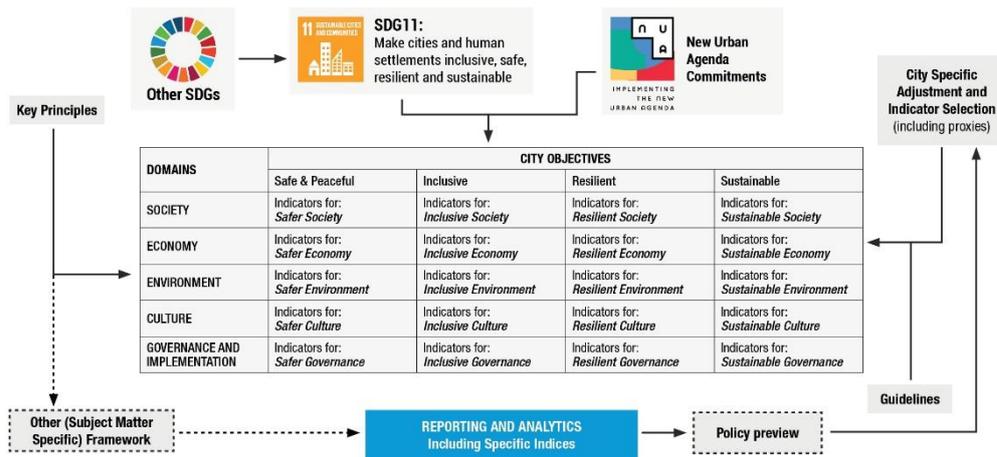


3- Procurando responder às questões “O que está a ser feito a nível nacional e internacional”, na Revisão Bibliográfica relativa aos Reports ESG no setor público, foram identificadas algumas referências que remetem para cidades onde a iniciativa já estará a ser desenvolvida. Contudo, até ao momento, apenas se destaca para o nível Local, a cidade de Toronto (Canadá) que desde 2021, publica anualmente um relatório ESG e que o disponibiliza para consulta pública: [Environmental, Social & Governance Performance Report – City of Toronto](#) e o British Columbia, através do Ministério das Finanças, para o nível regional, o “B.C. Environmental, Social and Governance (ESG) Summary Report”: [Environmental, Social and Governance \(ESG\) Summary Report](#)

Ambos serão analisados assim como os indicadores dos relatórios do setor privado desenvolvidos em Portugal e ao nível internacional. O acompanhamento e levantamento das práticas internacionais será mantida ao longo da nossa calendarização.

3.1. Relativamente aos quadros de monitorização do Eixo 1 - “Governança” para o nível global desenvolvido para os governos locais, destacam-se os relatórios [NUA Monitoring Framework](#) disponível no Urban Indicators Database da UN-Habitat, e o [UN-HABITAT.: Global Campaign on Urban Governance | Urban Governance Index \(unhabitat.org\)](#) desenvolvido há mais de vinte anos. Sendo que a ferramenta mais atualizada da Agência das Nações Unidas, é o [Urban Monitoring Framework \(UMF\)](#) sustentado pelas metas das Agenda 2030 e Nova Agenda Urbana. (Interessante

será também analisar o quadro evolutivo da tipologia dos indicadores ao longo dos anos). O quadro de monitorização do UMF divide-se em 4 objetivos e 5 dimensões que se cruzam numa tabela. Uma das dimensões é o da Governança cujos objetivos são: segurança, resiliência, sustentabilidade e inclusão.



Relativamente aos quadros de monitorização apresentados nos relatórios supracitados do Município de Toronto e do British Council, os mesmos não se encontram propriamente detalhados. As metodologias tendem a ser pagas por serem desenvolvidas por consultoras e não pela Academia.

3.2. Relativamente aos Índices de monitorização, referimos o [ILDA ESG Assesment Framework](#) da Institutional Limited Partners Association e o [Municipal Performance Index \(MPI\) \(mohua.gov.in\)](#) apresentado pelo Ministry of Housing and Urban Affairs do Governo da Índia, que monitoriza 100 Cidades. Ambos serão igualmente analisados.

4. A definição do quadro de monitorização da dimensão Governança é diversa e adaptável à cultura organizacional local e regional, pelo que importará em breve eleger uma definição global elegendo as subáreas de análise.

Apresentam-se algumas orientações para uma primeira abordagem. É objetivo eleger prioridades para uma investigação mais fina de indicadores possíveis (a negrito as subáreas invariáveis nos relatórios analisados e que abrangem indubitavelmente as recomendações e diretrizes nacionais.)

Algumas subáreas são compatíveis e também monitorizáveis no Eixo – Social.

- Representação inclusiva (etnias, identidade de género)
- Tomada de decisão inclusiva
- Igualdade de género
- Participação interna (no seio de organização: participação do/as eleito/as)
- Participação da comunidade (nas eleições autárquicas, nos orçamentos participativos...)
- Condições de trabalho (taxa afeta à mobilidade interna, grau de satisfação...)
- Privacidade (dados da organização, dados da comunidade...)
- Transparência e *accountability* (divulgação... reposta à comunidade)
- Planeamento (estratégia, monitorização, revisão e implementação dos planos...)
- Bem-estar financeiro (resiliente) (gestão, independência financeira...)
- Segurança da comunidade (crime, proteção, apoio)
- Corrupção
- Segurança informática
- Ética e conduta

Jorge Cerol (CESOP) propõe que no decorrer das próximas duas semanas se reflita, e se proceda à eleição das subáreas na próxima reunião. Um levantamento interno dos indicadores já existentes no município é fundamental.

Joana Abreu (CESOP) informa que um sistema de votação será desenvolvido e colocado na plataforma do CESOP-Local para facilitar a partilha de comentários e opiniões.

Elsa Severino (Município de Matosinhos) sublinha que algumas subáreas remetem para obrigações legais tais como, por exemplo, o Código de Ética e Conduta; Plano de Riscos e Infrações Conexas e Segurança Informática, TPOs. Também os Orçamentos Participativos já são um indicador generalizado. O Município de Matosinhos (que ganhou o primeiro lugar) refere o [Índice de Transparência Municipal](#) da Transparência Internacional Portugal, composto por 76 indicadores que também poderá ser analisado. Concernente a Igualdade de Género e Representação Inclusiva, há uma série de planos passíveis de consideração. Contudo, haverá que apurar que documentos remetem para a estratégia e quais os que integram uma base de indicadores. Relativamente à participação interna, julga-se que a prática já será efetivamente própria à cultura organizacional de cada autarquia. Em Matosinhos, por exemplo, aplica-se o princípio da tomada de decisão inclusiva. Semanalmente os/as dirigentes de serviços que reportam diretamente ao executivo, o chamado Grupo de Trabalho, reúnem discutem, articulam, partilham ações e desenvolvem estratégias (com aplicabilidade interna e externa).

Cátias Lucas (Lisboa) corrobora com Elsa Severino. Sendo que a Corrupção, Transparência e Ética de conduta são naturalmente o foco do Departamento da CML aqui representado, dá como o exemplo práticas de Lisboa convertíveis em instrumentos que poderão sustentar indicadores. Já no dia 24 de maio. Nesse dia, o Município de Lisboa arranca com o seu primeiro seminário sobre Ética a grande escala. Pretende-se abranger os cerca de 10 000 colaboradores da autarquia (a taxa de participação será analisada), visando a formação dos colaboradores (em ética, integridade e prevenção da corrupção) e uma revisão do Código de Ética. (O convite foi dirigido por e-mail aos Dirigentes mandatados para difundir a iniciativa junto dos Departamentos. O segundo seminário está agendado para outubro.)

Adalberto Barreto (Lisboa) adianta que Lisboa também estará a proceder à revisão da norma do controlo interno e informa que no passado dia 18 de abril, Lisboa lançou uma Rede Intermunicipal Informal em parceria com Cascais para sensibilizar e estimular a interiorização da ética na atividade municipal na qual também participam Matosinhos, Valongo. Nesse primeiro encontro, a Rede demonstrou interesse nomeadamente em trabalhar o canal de denúncias e reforçar a oferta formativa. São várias as matérias que serão trabalhadas e que possibilitarão o levantamento de indicadores. Lisboa sublinha, tal como Mafra, Matosinhos e Valongo), que será efetivamente necessário analisar o trabalho desenvolvido (não esquecendo a previsão dos trabalhos em curso) para extrair e identificar os indicadores disponíveis, a par dos dados já existentes nos relatórios, mas destaca a importância de promover inquéritos online para obtenção de outros indicadores. Dentro do universo dos instrumentos obrigatórios e *reports* às demais entidades da tutela (Inspeção Geral das Finanças, auditores das Autarquias) são vários os dados que podem seguramente serem retirados e analisados com tempo e disponibilizado ao efeito.

A título conclusivo, sublinha-se o intuito de se produzir um modelo que possa destacar o desempenho do município que siga para além do cumprimento das obrigações. Daí o facto conhecido do CESOP-Local não ser grande defensor dos indicadores quantitativos, privilegiando os qualitativos. Corrobora-se com os comentários dos presentes e conclui-se com uma pergunta. Bastará um município ter um

Plano para Igualdade? ou importará ter um Plano para Igualdade atualizado e investir no seu cumprimento? Fica a reflexão para determinação dos indicadores.

Próximos passos

- 4ª Reunião de trabalho do Grupo Focal: dia 6 de junho, às 11 horas (sendo dia 30 de maio feriado): Eleição das subáreas do Eixo 1 - Governança
- O CESOP-Local mantém o foco no levantamento das práticas internacionais e análise dos instrumentos.
- Para facilitar a partilha de opinião dos elementos constituintes e tomada de decisão, o CESOP-Local irá implementar um método de votação.
- Para facilitar a gestão e articulação da informação, o CESOP-Local irá elaborar a figura do *checklist*. Nesse primeiro *checklist*, uma listagem de instrumentos será apresentada e deverá ser assinalado 1. se existe na autarquia 2. grau de importância atribuída por meio de um visto. Campos em aberto serão assegurados para agregação de informação adicional. Poderá ser respondido individualmente ou pela equipa (quando o município do GF é constituído por mais de um elemento) para evitar uma duplicação de tarefas.
- Os municípios do GF: Braga, Guimarães, Lisboa, Mafra, Matosinhos e Valongo devem assegurar um levantamento dos indicadores já existentes para as subáreas apresentadas para o Eixo 1 - Governança
- Os municípios do GF devem responder ao inquérito relativo ao levantamento de instrumentos de reporte da autarquia– Ata 2 (O mesmo inquérito será lançado para os demais 302 municípios em data a anunciar)